

Multilateralismo, Unilateralismo ou Unimultilateralismo?

novos rumos da hegemonia americana

Marcelo Fernandes de Oliveira

Hermes Moreira Junior

Como citar: OLIVEIRA, M. F. D.; MOREIRA JUNIOR, H. Multilateralismo, Unilateralismo ou Unimultilateralismo? Novos rumos da hegemonia americana. *In* : SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (org.). **Relações internacionais:** polaridades e novos/velhos temas emergentes. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.177-190. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-60810-21-5.p177-190>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MULTILATERALISMO, UNILATERALISMO OU
UNIMULTILATERALISMO?
NOVOS RUMOS DA HEGEMONIA AMERICANAS

Marcelo Fernandes de Oliveira¹

Hermes Moreira Jr.²

*“Não temos tempo para desperdiçar. Os EUA fizeram
sua escolha. Acredito que seja o tempo para o
mundo se unir em torno dessa proposta comum”*

Barack Obama³

Presidente dos Estados Unidos da América.

O debate acerca da configuração da ordem internacional contemporânea tem sido o principal foco da agenda política e acadêmica das relações internacionais, sobretudo no período pós-Guerra Fria. O fim da clara e da criteriosa definição de bipolaridade entre EUA e URSS suscitou discussões sobre a nova distribuição do poder global, as quais, obrigatoriamente, giram em torno da capacidade dos Estados Unidos de manter sua posição hegemônica frente às outras forças internacionais.

¹ Professor de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp – Campus de Marília.

² Mestrando em Relações Internacionais e Desenvolvimento da Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp – Campus de Marília.

³ Discurso proferido na Conferência do Clima da ONU – COP 15 – em 18 de dezembro de 2009. Copenhague – Dinamarca.

O problema é que as bases ideológicas e materiais que elevaram os Estados Unidos à condição de potência incontestável mudaram radicalmente. A ameaça comunista justificou todo o esforço material norte-americano entre 1945 e 1970. A partir dos acordos de *Bretton Woods*, a sustentação de estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais formais e informais foram capazes de garantir legitimidade, e mais que isso, longevidade, a seu projeto de primazia internacional⁴.

Mesmo assim, nos anos 1970, a ameaça comunista parecia ampliar-se enquanto as bases materiais do poderio estadunidense estavam corroídas. Tratava-se de encontrar um novo arranjo eficaz para sustentar a hegemonia norte-americana. Mediante esse cenário, teve início a elaboração de uma ampla estratégia. Seu ponto de partida foi o fim da conversibilidade dólar-ouro, a liberalização dos movimentos de capitais e a instabilidade das taxas de câmbio flutuantes no período de 1971-73, que orquestraram o fim dos acordos de *Bretton Woods*, os quais foram marcos de uma era.

O fundamento ideológico dessa mudança foi a corrente teórica neoliberal que pregava o fim do intervencionismo estatal do pós-45 e os apontava os excessos da democracia representativa. A solução estaria na substituição dos estados pelos mercados como agentes organizadores da vida social. “Mais mercado e menos estado” por meio da liberalização em todos os sentidos dos movimentos de capitais resolveria naturalmente todos os problemas estruturais da sociedade internacional.

No tocante ao estado norte-americano, o fim dos acordos de *Bretton Woods* garantiu a permissividade da emissão de moeda sem o lastro em ouro, ampliando suas respectivas capacidades de endividamento para fazer frente as suas obrigações, principalmente o enfrentamento ideológico e militar contra a URSS. Simultaneamente, devido à liberalização dos movimentos de capitais em nível internacional proposta pelo consenso neoliberal, a nova situação efetivamente abria uma nova fronteira via globalização financeira para a captação de novos recursos para cobrir seus *déficits* exorbitantes em conta corrente⁵. Paradoxalmente, o endividamento

⁴ Sobretudo por ter permitido aos seus parceiros beneficiarem-se assimetricamente do ciclo virtuoso do modelo de desenvolvimento liderado pelos norte-americanos com base no consenso keynesiano/fordista nos “anos dourados” do capitalismo.

⁵ Também conhecidos como *déficits* gêmeos que tratam-se de sucessivos e crescentes *déficits* na conta externa do país e na conta fiscal, gerando, em miúdos, uma situação de consumo exponencial sem a capacidade de pagá-lo.

externo e doméstico tão condenado durante anos tornou-se a mola propulsora da nova economia norte-americana.

Para o setor empresarial estadunidense, novas oportunidades surgiram para a transferência de investimentos do setor produtivo para o financeiro, no qual, havia a possibilidade de retomada das taxas de lucratividade, bem como se abriu a oportunidade de gerar novos recursos na esfera financeira, os quais, mais tarde, seriam, por um lado, reinvestidos em um processo de reestruturação produtiva rumo à consolidação de um novo modelo produtivo caracterizado pela “acumulação flexível” (DAVID, 1999), respaldado e alimentado por uma ampla revolução tecnológica. E, por outro lado, deu vazão a processos especulativos-financeiros no âmbito internacional com as mais variadas “mercadorias”⁶.

Em suma, o caminho trilhado foi combinar o consenso neoliberal, a ampla revolução tecnológica, a globalização financeira e a reestruturação produtiva. Essa equação permitiu aos Estados Unidos remodelar a sociedade internacional conforme seus interesses egoísticos e vencer a disputa contra a URSS, consolidando-se como potência hegemônica unilateral a partir de 1989. O nó empírico desse movimento foi a Rodada Uruguaí do GATT (1986-1994), a partir da qual surgiu a OMC e as novas orientações econômicas e políticas sustentadas pelas principais organizações internacionais do mundo, entre elas FMI, Banco Mundial, etc.

Desde então, a ausência da ameaça comunista tornou disfuncional o esforço material norte-americano na sustentação de estruturas internacionais que beneficiassem a todos, como havia ocorrido no período anterior. Incentivando-os, cada vez mais, a exercer seu poderio de maneira unilateral. Na nova ordem internacional, anunciada por Bush, caberia aos Estados Unidos conjugar sua capacidade militar incontestável com o exercício de forte multilateralismo econômico, universalizando os valores ocidentais representados, principalmente, pelo livre comércio e pela democracia. A I Guerra do Iraque foi desencadeada em nome desse novo “mantra universal”.

⁶ Ações, títulos públicos, moedas, etc.

Contudo, o alijamento de determinados setores e as conseqüências sociais e econômicas da guerra possibilitaram aos Democratas apearem os Republicanos do poder depois de três mandatos consecutivos. Bill Clinton, (1993-2000), ao assumir o poder, concentra-se na tarefa de reorganizar a ação dos atores econômicos e financeiros presentes no seu país, conforme as circunstâncias da nova ordem. Para possibilitar-lhes um melhor aproveitamento das oportunidades criadas pelas novas tecnologias em conexão com a engenharia financeira, a reestruturação produtiva global e a consolidação por meio da aquisição, fusão e leilões de privatizações no mundo inteiro visando moldar cadeias produtivas fracionadas globais lastreadas na moeda norte-americana. Simultaneamente, a administração Clinton liderou as negociações internacionais para a concretização da Rodada Uruguaí do GATT e sua institucionalização na forma da OMC em prol dos interesses econômicos estadunidenses⁷.

O resultado desse movimento histórico traduziu-se em um novo perfil de sociedade internacional. O racionalismo individual estatal como fundamento das relações internacionais foi amenizado, enquanto uma nova ênfase à interdependência⁸ sistêmica parecia se afirmar. Como conseqüência, novas formas de relacionamento entre as unidades políticas se constituíam, sobretudo baseadas nas sensibilidades⁹ e vulnerabilidades¹⁰ de todas as nações e no papel que os novos atores passariam a exercer.

A sociedade internacional que emergia era baseada na cooperação, no multilateralismo e na institucionalidade das organizações internacionais. A agenda internacional ganharia uma variedade de temas, não mais restritos à segurança e ao militarismo, mas com espaço para a economia e os fluxos

⁷ Pode-se arriscar na afirmação de que esse processo ocorreu em consonância com os interesses materiais globais de empresas do setor de serviços, como a farmacêutica, a de softwares e a de entretenimento, plataforma política do partido democrata na era Clinton.

⁸ Essa interdependência representa uma situação caracterizada por efeitos recíprocos no relacionamento entre os países ou entre os atores de diferentes países. Ou seja, refere-se a situações em que os atores afetam-se mutuamente, em estado de dependência. (KEOHANE; NYE Jr., 1977).

⁹ A sensibilidade indicaria o impacto provocado por uma alteração no sistema internacional, representada pela rapidez e intensidade com que os efeitos dessa alteração são sentidos pelas unidades.

¹⁰ A vulnerabilidade refere-se aos custos das alternativas disponíveis para responder com iniciativas necessárias devido a essa dependência mútua entre os Estados

comerciais. Essa nova agenda seria proporcionada por múltiplos canais de informação, comunicação e negociação que iam se abrindo, diversificando os atores internacionais e mitigando os limites entre a política doméstica e a política internacional, que se encontravam cada vez mais difusos.

O governo Clinton¹¹ soube instrumentalizar esse movimento sistêmico na forma de cooperação multilateral a partir da capacidade de enquadramento econômico-financeira e político-ideológica de seus parceiros e adversários (TAVARES, 1997), conseguindo assim diminuir as sensibilidades e vulnerabilidades dos Estados Unidos, bem como fazê-los desempenhar um papel de centralidade no novo tabuleiro global.

Apesar do relativo sucesso, durante seu governo, os primeiros fatores de desordenamento e caos¹² na ordem internacional derivados do fim da Guerra Fria e característicos da dinâmica da interdependência eclodiram. Problemas sistêmicos internacionais, tais como mudanças climáticas, epidemias, crises financeiras, desemprego, protecionismo e comércio desleal, violações dos direitos humanos, fome e pobreza, separatismos, fundamentalismos, xenofobia, terrorismo, vieram à ordem do dia. As novas potências emergentes, as grandes potências dependentes e os “estados fora-da-lei” criaram uma série de dificuldades para se pensar a ordem internacional com base naquela visão de cooperação e multilateralismo prevalecente no período anterior.

Diante desse cenário, a preocupação dos administradores norte-americanos estaria não mais nos meios necessários para a construção de sua ordem, uma vez que já sagrara-se vitoriosa frente a seus adversários, mas sim na consolidação de sua primazia e na sua expansão a espaços ocupados por seus antigos contendores.

Tratava-se então de cumprir essa tarefa levando em consideração que a nova sociedade internacional demandava gerenciar um mundo caracterizado por nuances de anarquia e cooperação, multilateralismo e

¹¹ Cumpriu essa função, sem abdicar do *hard power*, privilegiando o multilateralismo e o *soft power*, também se orientando pela “*política de engajamento seletivo*.” (VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, 2001).

¹² De acordo com Arrighi, “O caos e o caos sistêmico, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite, dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias à ordem.” (ARRIGHI, 1996).

unilateralismo, dissuasão e prevenção. A nova ordem emergente associava a universalização dos princípios liberais e democráticos à premissa de solidificação da governança global via Nações Unidas, sobretudo para a resolução de questões que não figurassem como de interesse estratégico norte-americano, resultando na divisão dos custos e ônus político da hegemonia. Paralelamente, requeria também a tomada de decisões unilaterais para ações vistas como de interesse vital e concretização dos interesses nacionais norte-americanos, sobretudo dos grupos responsáveis pelo *lobby* e pela formulação de sua política externa.

Portanto, o grande desafio encontrado pelos Estados Unidos era liderar uma sociedade internacional baseada nos seus valores e princípios, sem deixar de garantir seus interesses nacionais baseados no sucesso de sua economia privada e nos índices de acumulação de capital para a manutenção de sua posição hegemônica. Objetivo que não parece ter sido atingido de maneira satisfatória para determinados grupos políticos e empresariais norte-americanos durante os dois mandatos de Clinton, nos quais, supostamente, não se havia aproveitado as oportunidades históricas à consolidação da primazia e da expansão.

Frente a este dilema, os “*falcões*” conservadores lançaram a candidatura de George W. Bush à presidência, em 2000, apostando na ideia de um chamado *internacionalismo diferenciado*.¹³ A política externa passa então a priorizar a vigilância e punição dos “inimigos da ordem”, com um discurso que os credenciava como guardiões do “mundo livre” e protetores das fronteiras que separam a “civilização” da “barbárie”.

Para os ideólogos do governo W. Bush havia chegado o momento de introjetar na sociedade internacional prevalecente da era Clinton, sob os auspícios do multilateralismo, a afirmação dos interesses nacionais unilaterais norte-americanos. O desafio a ser vencido agora seria o de compatibilizar a ordem econômica multilateral requerente de uma dinâmica de sociedade internacional com o potencial político-militar norte-americano requerente de um padrão de sistema internacional anárquico, visando ao alcance e

¹³ A ideia de um *internacionalismo diferenciado* consistia na recuperação hegemônica e dos interesses globais norte-americanos por meio de estratégias unilaterais e revisão das alianças com antigos aliados e inimigos, agora *competidores estratégicos*. As organizações internacionais, por exemplo, passam a ser consideradas entidades “estranguladoras”, pois impedem a aplicação do poder real dos EUA.

proteção dos interesses nacionais do país. Até porque, para esses ideólogos, os Estados Unidos tinham contribuído com a grandeza de muitos países durante décadas e, nos momentos de crises, não contou com a benevolência deles. O que justificaria esse novo comportamento imperial, unilateral.

Nessa perspectiva, a administração de G. W. Bush (2001-2009), sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001, redefiniu o modelo comportamental da política norte-americana. Da adesão ao multilateralismo, os Estados Unidos passaram a definir seus interesses no mundo, com impactos inequívocos sobre a ordem internacional, a partir de um viés unilateral, o qual afastou muitos parceiros internacionais de outrora. Mais relevante, contribuiu para sedimentar novas posições sistêmicas de diversos atores internacionais diferentes da prevalecente no período multilateral.

Esse movimento efetivou um *looping*¹⁴ por meio de uma renovação ideológica dos inimigos norte-americanos em torno das bandeiras dos conflitos civilizacionais e do terrorismo internacional lastreadas, evidentemente, em interesses materiais permanentes. O instrumento desse *looping* foi a Doutrina de Segurança Nacional de 2002, a qual, além de servir de base conceitual e ideológica para as intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, foi útil também para declarar ao mundo a possibilidade do uso dos instrumentos de ação preventiva¹⁵ e preemptiva¹⁶ contra todos que estivessem contra os Estados Unidos.

Em suma, o governo W. Bush, sob a influência do pensamento neoconservador e suas variâncias e fundamentações políticas, instrumentalizou o 11/09 para efetuar na prática o projeto estadunidense de alteração da ordem internacional contemporânea e manutenção de sua

¹⁴ O *looping* são inversões contínuas que formam uma volta vertical completa de 360° impulsionadas pela velocidade proveniente de uma descida ou lançamento impulsionado deixando quem está na atração momentaneamente de cabeça para baixo.

¹⁵ A Ação Preventiva se assenta na suspeição de que, cedo ou tarde, pode ocorrer um ataque. A guerra preventiva tem um caráter ofensivo, e é utilizada para manter o poder de um dado Estado que visa conservar seu *status quo* e o equilíbrio de poder a seu favor. Esse Estado ataca a fim de impedir que um quadro externo afete seus interesses nacionais. Porém, não necessariamente deve haver uma ameaça iminente a sua integridade territorial e soberania, mas sim uma ameaça a sua preponderância no cenário.

¹⁶ A Ação Preemptiva se configura pela antecipação de um conflito por um Estado que esteja sob ameaça iminente de um ataque contra a sua integridade territorial e soberania política. A Guerra Preemptiva diz respeito à iminência de ataque e numa resposta rápida a um quadro de ameaças, que não deixam de ser supostas, mas são específicas e diretas.

condição hegemônica. A guerra contra o terrorismo, a partir de uma retórica civilizacional de combate entre o “bem” e o “mal”, ou entre a “civilização” e a “barbárie”, é a forma que os *policy-makers* norte-americanos utilizaram para impor ao mundo uma nova composição da ordem internacional na qual prevaleça a posição unipolar dos Estados Unidos e a atual distribuição do poder político e militar sustentada por um desenvolvimento tecnológico e econômico liderado pelo complexo industrial militar do país¹⁷.

O problema é que a maioria dos parceiros dos Estados Unidos partícipes da sociedade internacional e seguidores da sua liderança benigna sustentada em valores e princípios ocidentais interpretaram esse movimento de abandono do multilateralismo, como padrão comportamental da liderança, como uma tentativa de imposição imperial norte-americana dos seus interesses no mundo via unilateralismo. O sinal mais evidente foi o descaso da administração W. Bush com as organizações e regimes internacionais. Como resultado, a maioria dos parceiros retirou seu apoio às políticas norte-americanas no mundo, deixando o antigo líder isolado.

Isso serviu para explicitar a ampliação do campo da incerteza sobre a configuração da ordem internacional na atualidade, bem como vem oferecendo subsídios para análises sobre o destino e a decadência do poderio, da hegemonia e da primazia dos Estados Unidos no cenário internacional. Abrindo possibilidades para diversas teorizações sobre o futuro da ordem internacional e do papel dos Estados Unidos.

Nessa perspectiva, nesses últimos anos, vem surgindo uma gama de autores, cada qual, defendendo uma perspectiva sobre o assunto. Entre

¹⁷ As empresas estadunidenses do complexo industrial militar estão inseridas numa lógica de lucros crescentes desde os anos 1980. No ano de 2001 o orçamento militar norte-americano representava 36% do total do mundo inteiro. O orçamento de 2003 leva-o para mais de 40% do total mundial. Aliás, nos primeiros 15 meses do governo Bush, 150 bilhões de dólares foram para novos gastos militares, além do orçamento anual herdado de 329 bilhões de dólares. O relatório “Rebuilding America’s Defenses” (Reconstrução das Defesas Norte-Americanas), do Think Tank neoconservador PNAC (Project For a New America Century), propunha um aumento de 24% nos gastos militares. De acordo com o Quadrennial Defense Review de setembro de 2001, o orçamento militar deveria crescer 15% entre 2002 e 2003, com um aumento de mais 8% até 2007. Os gastos seriam aumentados em quase todos os programas, da “guerra nas estrelas” ao contraterrorismo. Ver (MANN, 2006; JOHNSON, 2007; DAALDER ; LINDSAY, 2000).

eles, estão os defensores da unipolaridade¹⁸, da multipolaridade¹⁹, da unimultipolaridade²⁰ e até mesmo da apolaridade²¹.

A luz dessas reflexões parece ser necessário à compreensão das relações internacionais contemporâneas aceitarmos a hipótese da prevalência de uma ordem híbrida na qual percebemos a convivência, a justaposição de uma sociedade internacional interdependente permeável à emergência de um único pólo de poder político e militar global. Este pólo, ainda hoje representado pelos Estados Unidos, é simultaneamente produtor dos valores comuns da comunidade e mantenedor dos seus interesses nacionais. De modo que a sociedade internacional constitua-se como defensora dos interesses nacionais unilaterais e vice-versa.

Realidade radicalizada após a eleição de Barack Hussein Obama à presidência. A confirmação da sua vitória eleitoral fomentou uma série de análises sobre seu significado e suas conseqüências para os Estados Unidos e para o mundo. Embalada pelo contagiante *slogan* da campanha Democrata (WE CAN CHANGE IT!), segmentos de toda a comunidade internacional criaram a expectativa de que uma renovação da política externa norte-americana, e por conseqüência da política internacional, estava a caminho.

¹⁸ A unipolaridade é caracterizada pelo arranjo do sistema internacional em que uma superpotência tem condições de organizar a ordem internacional de acordo com seus interesses, e nenhum arranjo entre as demais potências é capaz de evitar esse quadro. Esta situação pode se configurar tanto como uma hegemonia benigna e cooperativa, quanto como uma primazia imperial. Ver: (IKENBERRY, 1998/99; KRAUTHAMMER, 2002; WOHLFORTH, 1999).

¹⁹ A multipolaridade é caracterizada pela existência de diversas potências que buscam manter o equilíbrio de poder internacional de maneira concertada, e qualquer ação que vise um interesse estratégico que indique o rompimento deste equilíbrio em função dos interesses de uma potência é rapidamente contida pela ação combinada das demais. (LAYNE, 1993; KUPCHAN, 1998).

²⁰ A uni-multipolaridade tem como característica a aceitação de um padrão unipolar com preponderância de uma única superpotência nas questões concernentes à política de segurança e poderio militar, constatada a tendência ao equilíbrio entre todas as potências no plano econômico e comercial. (HUNTINGTON, 2000; NYE JR., 2002).

²¹ A apolaridade diz respeito a uma visão na qual a política internacional perdeu seu referencial baseado nos pólos de poder orientados pelo poder estatal, uma vez que novas formas de organização da ordem mundial e de redes de interesses estratégicos na política e na economia se dariam além da influência exercida pelas potências. (HAASS, 2008; NEGRI; HARDT, 2003).

Entretanto, Obama venceu as eleições e foi conduzido ao poder para reassentar as bases históricas da democracia americana, reequilibrar o erário público e recuperar o prestígio e a autoridade internacional dos EUA. Nada diferente dos objetivos estratégicos de longo prazo perseguidos pelos sucessivos presidentes norte-americanos, independentemente da sua cor, do seu credo e das suas opções políticas, que sugere um padrão de continuidade em sua política de Estado.

Diferentemente da administração W. Bush que privilegiou o momento unipolar norte-americano para reformar a ordem internacional conforme seus interesses, independentemente do conjunto da sociedade internacional, Obama vem aproveitando a situação para construir novos consensos internacionais assentados na noção de um novo multilateralismo baseado nas demandas ambientais, as quais não permitem a nenhum país se abster das discussões, ao menos no campo diplomático. Sobretudo, por se tratar de um problema que supera as diferenças de valores e interesses nacionais ou alianças políticas. Ou seja, equacionar o desafio ambiental é uma necessidade real da raça humana, um imperativo histórico, uma verdade inconveniente a ser resolvida instantaneamente.

A *fortuna parece* sorrir para Obama. Pois, a débâcle da ciranda financeira global, iniciada em 2008, recoloca na ordem do dia a necessidade da retomada da capacidade regulatória do Estado e das instituições internacionais sobre o modo de produzir da economia capitalista. O mau uso da liberdade pelos gigantescos atores econômicos globais para elaborar esquemas financeiros e vetores tecnológicos no setor produtivo nas últimas décadas exacerbaram um modelo de produção e consumo insustentável economicamente e, principalmente ecologicamente, colocando sob ameaça a vida na Terra. “Obrigando-lhe” então a induzir a sociedade internacional a eleger a trajetória de um desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentável *vis-à-vis* a ameaça ambiental.

Perspicazmente, blindado por esse imperativo histórico, unguento do Destino Manifesto de salvador do mundo e com o argumento de que com fatos não se discute, Obama tem buscado delinear por meio da política doméstica, pela via da re-regulamentação estatal, novas formas de acumulação de riquezas que, simultaneamente, amenizem a verdade inconveniente da ameaça ecológica e garanta a recuperação das bases da economia norte-americana, recolocando os Estados Unidos como propulsor

de um consenso internacional em benefício de uma ordem efetivamente multilateral.

Parece claro que a amenização do unilateralismo na política externa estadunidense tenderá a evitar a afirmação radical da soberania dos estados, sobretudo ao contar com a necessidade de afirmação de uma interdependência de força e escopo mais amplos frente às limitações impostas pelo meio ambiente. Com esse perfil, a partir da capacidade de reorganizar o sistema de produção e desenvolvimento de novas tecnologias, coadunando o poder das mentes (capacidade de desenvolvimento de pesquisas) com sua posição e influência política nas estruturas edificadas na ordem anterior, em que seu prestígio político e seu peso econômico (além de sua superioridade militar), os EUA poderão garantir uma condição de conforto e influência nessa nova ordem que busca construir com base na agenda ambiental.

A dimensão prática dessa *constituincy* ideológica pode ser exemplificada pela conduta da administração Obama em relação ao setor automobilístico, ao qual foi dada a oportunidade de se recuperar da crise em que se encontra caso venha a aderir o programa de mudança do vetor tecnológico na direção de uma produção mais limpa, eficiente e menos agressora ao meio ambiente. A nova cadeia produtiva automobilística que emergirá desse processo poderá vir a ser fonte de infinitas possibilidades de acumulação de riquezas para o Estado e seus sócios empresariais. Criando ainda, amplas possibilidades de novos empregos nos EUA e no mundo.

Outro campo que deve se adaptar à nova realidade e se adequar às novas condições materiais do desenvolvimento limpo e sustentável é o de produção de combustíveis. Os impactos ambientais causados pela emissão de CO² na atmosfera e a necessidade de os EUA se libertarem das amarras da dependência energética do petróleo estrangeiro tem impulsionado o incentivo à pesquisa e produção de novas fontes alternativas, abrindo espaço para que os biocombustíveis assumam *status* privilegiado nesse contexto de novo modelo de desenvolvimento de tecnologias de energia limpa. Isso significa que iremos vivenciar um momento histórico de destruição criadora nos diversos setores econômicos. A começar pelo setor energético. O que nos conduz a crer que o mundo irá sofrer, para o bem ou para o mal, ainda durante pelo menos o século XXI as conseqüências das novas políticas públicas norte-americanas.

Na perspectiva de Obama, se os EUA liderarem esse processo econômico terão a garantia de manter-se numa posição política internacional solar no arranjo hegemônico multilateral emergente nesse início de século XXI. E assim, Obama cumpriria seu destino. Entretanto, trilhar esse caminho requer a reconstrução da imagem e da autoridade internacional dos Estados Unidos pós-Bush. Por isso, para Hillary Clinton “Os EUA precisam de sócios” para sair fortalecidos desse processo e vencer os desafios globais que se impõem na atualidade, tais como a necessidade da regulação financeira, os problemas ambientais, sobretudo climáticos, o tráfico de drogas, o terrorismo, a proteção aos direitos humanos, a recorrente ameaça terrorista, etc. Temas que exigem o exercício da Tolerância e do multilateralismo na arena internacional, os quais, na administração Obama estão intimamente articulados com a necessidade da emergência de um novo vetor tecnológico que solucione a contingência ambiental pela via da abertura de novas fronteiras de acumulação de riquezas.

O fato de Obama ter vivenciado experiências culturais e religiosas idiossincráticas e ser negro possibilitou-lhe compreender o verdadeiro significado do valor Tolerância, essencial para reconquistar sócios e recuperar a legitimidade internacional do país, sobretudo ao buscar resgatar os ideais de liberdade e igualdade de oportunidades tão caros ao propalado modelo cultural e social norte-americano. Sua sagacidade, sua *virtú* política permitiu-lhe escolher um Clinton, sinônimo internacional de multilateralismo para um dos principais cargos na sua administração. Essas duas moedas (Tolerância e Multilateralismo) serão essenciais para convencer seus pares domésticos e internacionais a seguir os EUA na sua nova empreitada: construir consensos multilaterais visando a solução de problemas globais, que também são norte-americanos, legando para o futuro condições de governança sistêmica em prol dos interesses estadunidenses, lastreados, como sugerimos acima, num novo vetor tecnológico que faça da proteção ambiental o nexos causal da manutenção da lógica capitalista no mundo.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BULL, H. *The anarchical society. a study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1977.

DAALDER, I.; LINDSAY, J. *America unbound: the Bush revolution in foreign policy*. Washington: The Brookings Institution, 2003.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1999.

HAASS, R. The Age of nonpolarity: what will follow the US dominance. *Foreign Affairs*, Council of foreign relations, may/june, 2008

HUNTINGTON, S. A superpotência solitária. *Revista Política Externa*, v.8, n 4, p. 12-25, 2000.

IKENBERRY, J. G. Institutions, strategic restraint, and the persistence of American Postwar Order. *International Security*, v. 23, n.3, p. 43-78, 1998/99.

_____. America's imperial ambition. *Foreign Affairs*. New York, sep/oct. 2002.

JOHNSON, C. *As aflições do império – militarismo, segredo e o fim da República*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KENNEDY, P. *The rise and fall of great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Vintage Books, 1989.

KEOHANE, R.; NYE, J. *Transnational relations and world politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

_____. _____. *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little Brown, 1977.

KRAUTHAMMER, C. The unipolar moment. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 1. Winter 1990/1991.

_____. *The unipolar moment revisited: the national interest*. New York: The Nixon Center, 2002.

_____. *Democratic realism: an American foreign policy for a unipolar world*. Washington DC: The AEI Press, 2004.

KUPCHAN, C. After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration, and the Sources of a Stable Multipolarity. *International Security*, v. 23, n. 2, p. 40-79, 1998.

_____. ; TRUBOWITZ, P. Dead center: the demise of liberal internationalism in the United States. *International Security*, Harvard: MIT, v. 32. n. 2, p. 7-44, 2007.

LAYNE, C. The unipolar illusion: why new great powers will rise. *International Security* v. 17, n. 4, p. 1993.

_____. *The peace of illusions*. American grand strategy from 1940 to the present. New York: Cornell University Press, 2006.

MANN, M. *O Império da incoerência*: a natureza do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2006;

MARSHEIMER, J. J. *The tragedy of great power politics*. New York: Norton, 2001.

MORGENTHAU, H. J. *Politics among nations*: the struggle for power and peace. New York: Knopf, 1948.

NEGRI, A.; HARDT, M.. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NYE Jr., J. S. *O paradoxo do poder americano*. porque a única superpotência do mundo não pode seguir isolada. São Paulo: EDUNESP, 2002.

PNAC. *Rebuilding America's Defenses*: strategy, forces and resources for a new century. Washington: Project for the New American Century, 2000.

SYLVAN, D.; MAJESKI, S. *US foreign politics in perspective* clients, enemies and empire. New York: Routledge, 2009.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C. ; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

VIGEVANI, T. ; OLIVEIRA, M. F. A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush. *Política Externa*, v. 10 n. 2, p. 71-101, 2001.

WALTZ, K. N. *Theory of international politics*. New York: McGrawHill, 1979.

WOHLFORTH, W. C. The stability of a unipolar world. *International Security*, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.